

A não resolvida passagem ao operário social¹

Gigi Roggero²

0. A ciência da meia distância

O pensamento e a escrita são ferramentas. Para arrombar uma porta precisamos de um pé de cabra, mas para atacar uma ordem do discurso precisamos de conceitos. Não é preciso mitificar o primeiro nem fetichizar os segundos: o pé de cabra sem conceitos gira no vazio, os conceitos sem pé de cabra se desarmam. Parece-nos relevante deixar isso claro e evitar equívocos. Vivemos de fato numa fase marcada pela crise, quando prática e teoria correm o risco de estar cada vez mais separadas. Com consequências desastrosas em ambos os casos. Prática militante sem teoria militante tem fôlego curto e se arrisca à autorreferencialidade. Teoria militante sem prática militante é boa para a academia, logo, boa para nada.

Althusser sacou esses dois termos: “prática teórica” e “prática política”. Mas em vez de resolver o problema, tornou-o crônico. Porque, de um lado, os termos implicavam a autonomia da teoria, de outro, a autonomia do político. A luta de classe na filosofia não pode ser levada a cabo sem levar a filosofia aonde está a luta de classe, da escola às fábricas, e depois às fábricas do saber. Nesse ponto, deixa de ser filosofia, aí onde o intelectual termina e se desapega: porque deve deixar de ser intelectual, renunciando ao status e à renda que derivam dessa posição. A inserção material muitas vezes explica bem mais do que labirintos filosóficos.

O militante político, escrevia Tronti, tem como objeto de sua análise o capitalismo, isto é, a realidade que ele deve combater. É preciso estudar o que se deve destruir. Quem se enamora do próprio objeto de análise, para poder reproduzir papéis obtidos na sociedade capitalista, abandona a militância e passa ao campo inimigo. Não vale a pena falar aqui em traição, se trata simplesmente de uma incapacidade em superar a separação imposta pela

¹ O presente texto é a introdução do livro *Elogio della militanza; Note su soggettività e composizione di classe* (DeriveApprodi, 2016), de Gigi Roggero. Tradução para a Lugar Comum pela rede Universidade Nômade.

² Gigi Roggero é pesquisador e militante em Bolonha, participa do coletivo *Commonware*, e é autor de vários livros implicados nas lutas europeias, como *La misteriosa curva della reta di Lenin* e *La fabbrica del sapere vivo*.

própria condição. Ao militante o ódio é útil para produzir o saber. Tamanho ódio que lhe faz estudar a fundo o que odeia. A criatividade militante é, sobretudo, uma ciência da destruição. Desse jeito, a prática política fica prenhe de teoria, ou não será sequer política. É preciso estudar para agir e agir para estudar e fazer as duas coisas juntas. Agora, mais do que nunca, essa é uma tarefa política.

Para começar o livro, antes de entrar no mérito dos conteúdos, precisamos então dizer pelo menos o que não queremos e a quem nos dirigimos. Porque não queremos escrever para todos. Ao contrário, desconfiamos abertamente daqueles cuja escrita e pensamento sejam apreciados por todos, porque isto significa que no fundo não dizem nada. Se por *dizer* entendemos um instrumento de ataque e não mero envernizamento intelectual. Quem escreve para todos na verdade escreve apenas para si próprio. Dirigimo-nos aos militantes políticos, em particular, a quem se move no que Romano Alquati chamava de *meia distância*. É nesse nível intermediário, entre o alto e o baixo, entre a teoria e a prática, entre a abstração determinada do mando e a determinação abstrata da vida quotidiana. Na *meia distância*, onde o militante traduz a linha política até o baixo e a corrige até o alto. A meia distância é o nível fundamental da ação política.

1. A passagem do operário-massa ao social

Qual é o objetivo deste livro? Enfrentar os problemas, dispô-los sobre o tapete, percorrer-lhes a genealogia, tentar alinhá-los, construir uma ordem, montar uma hierarquia. Para nós particularmente o problema da *composição de classe* contém todos os demais. Mas não se pode enfrentar esse problema em si, enquanto tal. É preciso proceder por meio de decomposições, a fim de recompor, desempacotar e remontá-lo segundo uma direção radicalmente diferente. Se o problema for enfrentado enquanto tal, ou se for decomposto sem a posterior recomposição, de fato, corre-se o risco de ficar preso na ratoeira da estratificação e divisão da força trabalho, na medida em que elas são produzidas pelo capital. Resulta daí uma fotografia sem processo e sem possibilidade de subversão, uma sociologia fraca. Se por outro lado o problema for contornado teoricamente, com um salto da vontade privado de bases materiais, ele se rerepresentará mais tarde, empurrando o discurso ao idealismo e à autorreferencialidade. Uma tendência privada de realidade, uma filosofia impotente. Neste livro, realizaremos somente parcialmente essa operação de decomposição e recomposição, pois ela ultrapassa as nossas possibilidades e capacidades. Buscaremos, entretanto, construir

os pressupostos para que essa operação possa realizar-se coletivamente, pois é antes do mais um plano coletivo de pesquisa militante.

Para começar, devemos esclarecer o ponto de partida. Tomamo-lo de longe para chegar muito perto: a passagem do operário-massa ao operário social continua sendo para nós uma passagem não resolvida. Resolveu-a o próprio capital, ao inscrever na lógica do valor o espaço social e metropolitano, superando a forma-fábrica e fragmentando o seu polo antagonista. Nós não resolvemos essa passagem. Nas novas coordenadas espaço-temporais dos processos de acumulação, não conseguimos ainda achar equivalentes funcionais para a greve e a sabotagem, isto é, para a capacidade de fazer mal aos patrões e intervir sobre as relações de produção, força e poder. O capital não realizou essa passagem por meio de uma racionalidade interna, mas porque foi constringido a ela ante a força do conjunto das lutas de classe. Se tivesse podido continuar a governar e acumular como vinha fazendo antes, teria feito. Percebeu logo que não podia. No fogo das lutas, diante da ingovernabilidade das fábricas e das metrópoles, a *Commissione Trilaterale* o disse claramente em 1973: a expansão dos conflitos, das necessidades e dos processos de subjetivação nascidos dentro e contra a fábrica taylorista e a sociedade fordista deve ser bloqueada, caso contrário, vai se perder a capacidade de conservar o timão do mando. Não bastava reprimir: a relação do capital ou se renovava, ou se rompia. Conseguiu renovar-se e nós não conseguimos rompê-la. É graças à renovação que venceram a batalha.

Existem duas teses recentes sobre essa longa passagem que chega até os dias de hoje. Cada uma delas tem condições de iluminar bem o presente e a sua genealogia, apresentando algumas das questões a ser enfrentadas e aprofundadas. A primeira figura é Tronti que, mais ou menos, diz o seguinte: para desmontar a classe operária tiveram de desmontar o capitalismo industrial. A outra figura é Christian Marazzi que, sobre essa passagem, é útil para compreender a financeirização: do momento em que o capital se libertou da *substância*, com o fito de destruir a classe operária, isto é, se libertou da classe que se lhe contrapõe, o capital não teve mais trégua. Desse modo, o capital acerta contas com a sua “nêmesse histórica”: com o intuito de destruir uma composição de classe determinada, aquela do operário-massa, também terminou por destruir a dinâmica de desenvolvimento ligada à relação social, isto que lhe permitia crescer na conflitualidade. “De todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe operária”, escrevia Marx contra Proudhon na *Miséria da filosofia*. Para atacar a autonomia operária, por sua vez, o capital – parcialmente – se autonomizou, mas, ao fazê-lo, não obtém mais êxito em disparar novos

ciclos de desenvolvimento. Porque a classe operária pode ser autônoma, mas o capital não: este depende estruturalmente de seu inimigo. A crise é exatamente essa nêmesse histórica.

Tudo bem, mas agora o quê? Devemos simplesmente esperar que o capital imploda por suas próprias contradições? Nem mesmo em sonho. A crise não é prelúdio para o colapso, como já devíamos ter percebido faz tempo, pelo menos desde que a teoria catastrofista dos anos 20 do século passado nos fez tão mal. Se não houver um sujeito coletivo em condições de rompê-la, a relação social não se romperá sozinha. O capital pode governar e reproduzir-se na crise indefinidamente, se não encontrar uma força social antagonista em condições de interromper e destruir a sua reprodução. A crise atual assume novas características em relação ao passado: torna-se uma forma permanente para a acumulação e o mando político. Num curto prazo, tudo o que acontece a seguir parece mudar. Em médio e longo prazo, nada muda quanto ao elemento central: o mando, precisamente.

O discurso militante corre o risco de espelhar-se na autorreferencialidade do capital. Isso é bom para o nosso inimigo, ruim para nós. Na dificuldade de apoiar-se sobre uma nova substância de classe, o discurso militante com frequência escapa para ilhas afastadas, povoadas somente pelos próprios semelhantes, na busca da confirmação das mesmas certezas. A ideia toma o lugar da carne. A medida do discurso deixa, assim, de ser a materialidade dos processos de luta, organização e relação de força, para tornar-se a comunidade militante. À substância de classe, substituiu-se a inconsistência do discurso ideológico, numa operação de representação imaginária formada por êxitos desastrosos e amiúde grotescos.

Para esquematizar, há nesse contexto duas tendências predominantes: uma *nostalgia* pela substância e uma *indiferença* a ela. Para usar termos que se tornarão mais claros ao longo da leitura: subsiste, de um lado, uma mitológica composição de classe sem operáismo; do outro, um mitológico operáismo sem composição de classe. Os primeiros fogem para a fantasia da China ou dos governos “progressistas” nos países emergentes, sonhando lá encontrar o que aqui não existe mais. Se realmente fossem lá, eles ficariam realmente desapontados. Os segundos fogem para a fantasia de um futuro já imediatamente dado, sem se dar conta que a tendência sempre é questão de lutas e relação de forças. Qual é a melhor entre as duas opções? Ambas são piores. Uma reforça a outra segundo uma diatribe estéril que não diz nada a ninguém que já não esteja dentro dos cercadinhos daqueles que as sustentam. Torna-se útil como operação preliminar, então, desalojá-los de nosso campo e dispor os problemas sobre um terreno livre de lentes que obscurecem a vista e de esquemas que não servem mais.

2. O pós-operaísmo acabou

Digamos assim, de maneira direta: o dito pós-operaísmo acabou. A definição nasceu na universidade anglo-saxã e americana, como tentativa de capturar a potência do operaísmo, despolitizá-lo e extraí-lo do conflito e da composição de classe. O objetivo foi torná-lo bom para a academia e a economia política do conhecimento. Agora se converteu em *Italian theory*, completando o percurso de recepção e precificação de um pensamento explicitamente esvaziado e desarmado. Não é isso que nos interessa e disso não nos ocupamos. Assumimos, ao invés, que a definição bamba de pós-operaísmo se refira àquele espaço comum, ainda que permeado de diferenças, surgido no final dos anos 1980 e voltado à análise das formas de produção e trabalho emergidas das cinzas da passagem já mencionada. Então, ele buscava inverter as imagens aniquiladoras do fim da história e do pensamento único. Tal objetivo polêmico era e continua sendo correto, mas o desenvolvimento prático nem sempre esteve à altura dele. Nascia daí a teorização do dito “pós-fordismo” e, a seguir, pouco a pouco as tentativas de identificar novos sujeitos do conflito que incorporavam em si saberes e cooperação social. Algumas dessas tentativas eram problemáticas do começo ao fim, outras foram extremamente produtivas e podem ainda ser, contanto sejam repensadas dentro das mutações ocorridas na crise e do esgotamento de um modelo global.

Eis, então, o ponto: não recomeçar mais uma vez, neste caso, na verdade significaria voltar atrás. Significaria, noutros termos, correr o risco de ossificar as categorias, transfigurá-las em dogmas, fazer o operaísmo ser o que jamais foi: uma escola e não um movimento do pensamento. Significaria, ademais, dar espaço a operações cansativas de ataque rancoroso a um inteiro campo teórico revolucionário. Trata-se de operações irrelevantes, claro que sim, mas que se arriscam de deslocar o debate para a mera defesa dos conceitos, em vez da utilidade deles como ferramentas para as lutas. Arriscamos, assim, arrastar tudo ao afastamento político.

Depois do fim do pós-operaísmo, o que resta? Restam os operaístas, e também os ditos pós-operaístas. Restam tantos militantes para quem o método revolucionário é um ponto de vista dentro e contra a realidade, um barril de pólvora para fazê-la saltar pelos ares. Devemos hoje tentar realizar o gesto originário próprio do operaísmo no tocante a Marx: a maquiaveliana volta aos princípios, isto é, Marx contra o marxismo. Ora, a tarefa é voltar ao operaísmo, certamente não contra ele, mas voltar de maneira crítica em relação ao que não funciona mais do pós-operaísmo, ou ao que jamais funcionou.

Quem tem medo ou regozijo pela liquidação de um patrimônio teórico, provavelmente errou o caminho, e certamente errou de livro. Parece-nos que quem contribui para liquidar com esse legado sejam aqueles que se enroscam em categorias que não prestam mais para as lutas, ainda que sirvam – ou justamente por isso – para participar de congressos internacionais. Para nós, ao contrário, interessa mais os usos da herança do que os litígios sobre o testamento. Portanto, para usar a herança devemos passá-la pela navalha da crítica, tirar o que não serve, repensar o que gira no vazio. Não o fazer seria a verdadeira traição a esse legado.

3. O pós-fordismo e o problema da composição de classe

Façamos um resumo. O operaísmo, como prática revolucionária historicamente determinada, termina deixando um problema: a passagem do operário-massa ao operário social. A análise sobre o “pós-fordismo” em parte esclarece e em parte contorna o problema, na medida em que a composição técnica é confundida como composição política, em que se desvia da formação capitalista da subjetividade e do mando sobre as transformações do trabalho. Aí reside o problema, inteiramente político. Porque a figura do operário social era política, mas acabou reduzida à figura técnica. No mais, de operário social a trabalhador cognitivo o sujeito se encarna tecnicamente, mas se desencarna politicamente. Recomeçar a partir desse problema não significa simplesmente voltar ao operário-massa, que não existe mais em lugar algum, mas sim pesquisar uma nova substância. Qual? Como se produz? Como se organiza? Para tecer hipóteses para tais problemas, precisamos retrazar a genealogia do conceito de composição de classe. Esta é uma aposta.

Mas atenção, como nunca necessária: especificamos que estamos imersos num quadro que pode ser tudo, menos pacificado e resolvido de vez por todas em favor de nosso inimigo. A sociedade renovada pelo capital está prenhe de sinais de classe e conflitos. Estão aí, como excedente concreto, ora como células dormentes, ora como possibilidade e traços reais de novas lutas. Nada disto é pouco, queremos dizer contra quem esqueceu a existência do capital para imaginar uma relação de produção já livre.

4. Advertência final

Uma breve advertência, enfim, para o leitor militante. Este livro não tem a pretensão, a capacidade e, especialmente, a vontade de levar em conta tudo o que foi escrito sobre os

argumentos abordados. Fizemos escolhas, procedemos tomando partido, avançamos por saltos e interrupções. Assim caminha a história, assim é a realidade. Sobre os temas tratados, remeteremos de vez em quando a nossas próprias elaborações passadas, mais distantes e mais recentes. Não o fazemos pelo valor que possam ter, mas para não nos repetirmos demais e, sobretudo, para dar a possibilidade ao leitor de confrontar as linhas de continuidade e de necessária descontinuidade ao longo de nossa pesquisa militante. Em diversas partes do texto, citamos amplamente pensadores militantes com os quais debatemos. De um lado, as escolhas não visam exaurir extensivamente a discussão com todos aqueles que abordaram os temas analisados, mas sim intervir de maneira intensiva, a partir de uma seleção de pontos de referência. Melhor um trabalhoso passo adiante do que dez cômodos passos laterais. Do outro lado, as passagens mencionadas de modo tão abundante não consistem de maneira nenhuma numa concessão ao vício acadêmico da citação. Ao contrário, buscam oferecer a oportunidade ao leitor – primeiro de todos, o militante, – de deparar-se diretamente com as fontes e não confiar exclusivamente na análise realizada pelo autor destas páginas. Ou, pelo menos, a oportunidade de para aprofundá-las ainda mais e, assim, manter o campo da pesquisa em aberto. Pesquisa de conceitos para usar como pés de cabra, ou vice-versa.